



**GEDES**

Grupo de Estudos de Defesa e  
Segurança Internacional

**OBSERVATÓRIO SUL-AMERICANO DE  
DEFESA E FORÇAS ARMADAS**

**INFORME BRASIL Nº 23/2023**

Período: 01/07/2023 - 07/07/2023

**GEDES – UNESP/UNIFESP/UFRRJ**

- 1- Ex-presidente foi convocado a responder por troca de mensagens com militares da ativa incitando um golpe de Estado
- 2- Lei homenageando coronel da ditadura gerou controvérsia na Assembleia Legislativa de São Paulo
- 3- Relatório de pesquisadores da Unifesp revelou como ocorreu a colaboração do Grupo Folha com a ditadura militar
- 4- Itamaraty vetou a venda de blindados para a Ucrânia após pressão do Partido dos Trabalhadores
- 5- Proposta para acabar com pensão recebida por filhas de militares será enviada ao presidente da República

1- Ex-presidente foi convocado a responder por troca de mensagens com militares da ativa incitando um golpe de Estado

Em uma reportagem publicada no periódico *O Estado de S. Paulo*, um dispositivo previsto na Lei de Defesa do Estado Democrático, de 2021, torna crime a incitação ao golpe de Estado. O Ministério Público Federal acusou o ex-presidente da República, Jair Bolsonaro (PL), de incitar "novos atos de insurgência civil, de modo a configurar crime". A inclusão de Bolsonaro na investigação sobre a intentona do 8 de janeiro de 2023 foi solicitada pelo subprocurador-geral da República, Carlos Frederico Santos, com base em uma representação de 80 procuradores. A notícia afirmou que Bolsonaro terá que responder à Polícia Federal (PF) e eventualmente à Justiça sobre mensagens encontradas no celular do ex-capitão Ailton Barros. Barros enviou uma mensagem ao seu contato "PR1", que o periódico afirma ser Bolsonaro, sugerindo acampar em Brasília até que os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) deixassem seus cargos. O ex-capitão também xingou o ministro Alexandre de Moraes em outra mensagem. O ex-ajudante de ordens de Bolsonaro, coronel Mauro Cesar Barbosa Cid, manteve conversas com o coronel Jean Lawand Jr., nas quais o militar o incitava a convencer Bolsonaro a dar um golpe. No entanto, segundo o jornal, haveria resistência dentro das Forças Armadas e nenhuma unidade militar se rebelou. Ainda segundo o periódico, Bolsonaro afirmou à PF que não tinha conhecimento das orientações de Cid para Barros, negou qualquer conhecimento sobre tratativas para um golpe e ressaltou que não concordava com tais ações. (O Estado de S. Paulo - Política - 01/07/23)

## 2- Lei homenageando coronel da ditadura gerou controvérsia na Assembleia Legislativa de São Paulo

De acordo com reportagens publicadas pelo periódico *Folha de S. Paulo* e um editorial do jornal *O Estado de S. Paulo*, o ex-deputado estadual Frederico D'Ávila, do Partido Liberal (PL), e o governador do estado de São Paulo, Tarcísio de Freitas, do partido Republicanos, defenderam a nomeação do entroncamento de duas rodovias na cidade de Paraguaçu Paulista com o nome do coronel do Exército Erasmo Dias, que foi secretário de Segurança Pública do estado entre 1974 e 1979, um dos períodos mais brutais da ditadura militar (1964-1985). No final de maio, a Assembleia Legislativa de São Paulo (ALESP) atribuiu o nome do militar a um viaduto que passa sobre a Rodovia Manílio Gobbi (SP-284) no trecho de Paraguaçu Paulista, município de origem de Dias. D'Ávila argumentou que o militar não cometeu erros na invasão da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) em 1977, criticando e ironizando os movimentos de esquerda e os direitos humanos. Ele afirmou que a homenagem era esperada e destacou o papel de Dias na redução da criminalidade em São Paulo, defendendo que ele merecia ser reconhecido. No entanto, segundo a *Folha de S. Paulo*, a bancada de deputados do Partido dos Trabalhadores (PT) na ALESP apresentou um projeto para revogar a lei que homenageia o coronel. A proposta é que o entroncamento seja nomeado em honra à professora Nadir Gouvêa Kfourri, reitora da PUC-SP na época da invasão comandada por Dias. Os parlamentares também enviaram uma representação ao Ministério Público de São Paulo, buscando a declaração de inconstitucionalidade da lei. Ao comentar sobre o caso em seu editorial, o periódico *O Estado de S. Paulo* afirmou ser difícil entender o que levou Tarcísio de Freitas a apoiar a nomeação, uma vez que o governador não está mais em campanha ou atrelado ao ex-presidente da República, Jair Bolsonaro (PL), e não teria nada a ganhar com esse posicionamento. (*Folha de S. Paulo - Política - 01/06/23*; *O Estado de S. Paulo - Metrópole - 04/07/23*)

## 3- Relatório de pesquisadores da Unifesp revelou como ocorreu a colaboração do Grupo Folha com a ditadura militar

Segundo reportagem do jornal *Folha de S. Paulo*, foi divulgado recentemente um relatório produzido por pesquisadores da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) que investigou a relação do periódico com militares durante a ditadura militar (1964-1985). Entre as nove empresas investigadas pelos acadêmicos, a *Folha* é o único veículo jornalístico. De acordo com a notícia, o jornal disponibilizou diversos materiais e depoimentos para ajudar na composição do documento, além de estar tomando “iniciativas para identificar e compreender as relações da empresa com a ditadura”. Na reportagem, constam também trechos inéditos do memorial produzido pelo jornalista Oscar Pilagallo sobre as ligações do Grupo Folha com a ditadura, e que foram compartilhados com os pesquisadores da Unifesp. (*Folha de S. Paulo - Ilustríssima - 02/07/23*)

## 4- Itamaraty vetou a venda de blindados para a Ucrânia após pressão do Partido dos Trabalhadores

Segundo o periódico *O Estado de S. Paulo*, o Departamento de Assuntos Estratégicos, de Defesa e de Desarmamento do Ministério de Relações

Exteriores (Itamaraty) vetou a venda de 450 viaturas do blindado Guarani em sua nova versão ambulância para a Ucrânia no final de maio deste ano. O veto foi mantido sob sigilo até junho, quando foi comunicado apenas à Iveco Defense Vehicles (IDV), produtora do blindado. Os integrantes do Escritório de Projetos do Exército souberam informalmente da proibição, revelada pela revista Tecnologia & Defesa e confirmada pelo *Estado*. O periódico afirmou que o veto se deu devido a pressões de membros do Partido dos Trabalhadores (PT), uma vez que a venda iria contrariar a política de neutralidade pretendida pelo governo. Celso Amorim, assessor especial do presidente da República, e o chanceler Mauro Vieira, com o apoio de deputados petistas, como o deputado federal Carlos Zarattini (PT-SP), posicionaram-se contrariamente ao pedido de venda enviado ao ministro da Defesa, José Múcio, e queriam “enquadrar os militares” por manterem uma diplomacia paralela. Ainda segundo *O Estado*, o Exército brasileiro pretendia usar o dinheiro dos royalties, que ficariam entre 2% e 5% do valor da transação, para desenvolver novas versões do blindado. A venda, estimada em R\$ 3,5 bilhões, traria benefícios à Base Industrial da Defesa, com a criação de empregos e a obtenção de recursos necessários ao desenvolvimento de futuros projetos. (O Estado de S. Paulo - Política - 04/07/23)

#### 5- Proposta para acabar com pensão recebida por filhas de militares será enviada ao presidente da República

O periódico *O Estado de S. Paulo* relatou uma sugestão de cidadãos para a elaboração de um projeto de lei pondo o fim à pensão paga pela União para filhas adultas de militares, enviada à Comissão de Direitos Humanos do Senado em 2018 através do espaço E-Cidadania, no site da instituição, e que recebeu 57.330 votos favoráveis, será enviada para o gabinete do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores (PT). Segundo o jornal, o documento aprovado pela Comissão diz que “eventual projeto de lei para aperfeiçoamento do tema deve partir do Poder Executivo, não sendo possível autoria parlamentar”. A reportagem informou que a Constituição prevê que propostas legislativas que tratem sobre a carreira das Forças Armadas e custos aos cofres públicos devem sair da Presidência da República. O periódico ainda lembrou que as filhas maiores de idade de militares falecidos tiveram o benefício de uma pensão vitalícia enquanto permanecessem solteiras instituído em 1960 e revogado em 2001 por medida provisória (MP) do então presidente Fernando Henrique Cardoso (PSDB), mas as mulheres que já recebiam a pensão não foram afetadas e a MP gerou dúvidas em relação às que poderiam receber o benefício, mas ainda não haviam solicitado. Segundo o periódico, em 2020 a União gastou R\$ 19,3 bilhões em pensões para dependentes de militares, incluindo filhas solteiras, viúvas, filhos incapazes e outros. O periódico pontuou ainda que, por ter caráter de sugestão, o documento pode tanto ser acolhido pelo presidente e transformado em projeto de lei, ou ser engavetado. (O Estado de S. Paulo – Política – 07/07/23)

#### **SITES DE REFERÊNCIA**

Correio Braziliense – [www.correioweb.com.br](http://www.correioweb.com.br)

Folha de S. Paulo – [www.folhaonline.com.br](http://www.folhaonline.com.br)

O Estado de S. Paulo – [www.estadao.com.br](http://www.estadao.com.br)

\*Informamos que o conteúdo na íntegra dos jornais Correio Braziliense, Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo não são disponíveis gratuitamente na versão online. No entanto, aqueles que tiverem interesse em receber as notícias destes jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a [gedes@franca.unesp.br](mailto:gedes@franca.unesp.br)

## **Equipe**

### **Coordenação**

Héctor Luis Saint-Pierre (IPPRI/UNESP)

Juliana de Paula Bigatão (UNIFESP/Eppen-Osasco)

Marina Gisela Vitelli (URFFJ)

Ismara Izepe de Souza (UNIFESP/Eppen-Osasco)

### **Supervisão**

Laura Meneghim Donadelli

Leonardo Pontes Vinhó

### **Equipe redação UNESP/Franca**

Abrahão Henrique Alves de Lima (bolsista COPE)

### **Equipe redação UNIFESP/Eppen-Osasco**

Beatriz Grasiano Campos

Davi Campos Matos

Isabelle Costa

Giulia Maria Dardegan Barbosa

Marcela Furlan de Cena

Mariana Terezinha Passos

Rodrigo Freitas de Souza

Thalia Cristina Vieira Lima

### **Equipe redação UFRRJ**

Alberto Machado Santos

Geremias Dias dos Santos de Carvalho

Manuela de Jesus Brasil

Maria Luiza Garcia Rabelo

Mariana Amaro Gonçalves Silva

Vinícius de Albuquerque Damasceno

Vinícius Menezes Aguiar